

## TV CULTURA E ARTE: MÍDIA, CULTURA E POLÍTICA

*Claudio BERTOLLI FILHO<sup>1</sup>*

O objetivo desse texto é destacar algumas das vinculações engendradas entre cultura e política durante o curto tempo de vida da TV Cultura e Arte, emissora criada e mantida pelo Ministério da Cultura durante o segundo período presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Inicialmente festejado como um instrumento que poderia se constituir em uma das principais contribuições da “Era FHC” para a dinamização e democratização da cultura brasileira, o novo canal de televisão, no entanto, não chegou a completar dois anos de vida, circunstância que ainda cobra explicações para o fracasso da iniciativa. A busca de respostas que extrapolem o imediatismo das justificativas oficiais – que apontaram para a desorganização administrativa, a ausência de um eixo diretor da programação e sobretudo o montante de verbas investidas como os motivos da falência da emissora – impõe o entendimento das linhas básicas da proposta neoliberal para o setor da cultura vigentes no período de 1995 a 2002. Neste processo, a análise da trajetória do canal público implica, em um primeiro momento, a percepção de qual noção de cultura foi endossada pela instância oficial e as implicações dessa operação no estabelecimento da política cultura chancelada pelo Estado. Seguindo esta orientação, a análise proposta engloba necessariamente o desempenho do órgão encarregado de formular, operacionalizar e coordenar as ações oficiais no setor da cultura: o Ministério da Cultura, instância que, no período sob análise, aglutinava um grupo de intelectuais de inquestionável reputação acadêmica e que, em grande parte, contava com uma história comum pautada pela oposição ao autoritarismo, a principiar pelo titular da pasta, o cientista político Francisco Corrêa Weffort. Apesar dos enfoques frequentemente desequilibrados por um mal disfarçado ufanismo, é necessário lembrar que existem estudiosos que negam a existência histórica de uma verdadeira política de cultura no Brasil. Desde 1930, com a criação varguista do Ministério da Educação e Saúde Pública e, a partir de 1953, com o desmembramento daquela pasta e o surgimento do Ministério da Educação e Cultura, sucessivos governos buscaram formular uma política cultural coerente e comprometida com o envolvimento popular, sem contudo alcançar

---

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 17033-360 – Bauru – SP. <cbertolli@uol.com.br>

resultados significativos. Em consequência, em 1985, quando José Sarney ocupava o posto presidencial e buscava conferir maior realce a si próprio como “presidente ilustrado”, foi instituído o Ministério da Cultura (MinC), cuja existência foi e ainda é pautada pela carência de recursos, os quais se tornam ainda menores a cada momento em que ocorrem tentativas de equilibrar o orçamento público federal. Além disto, o MinC também foi solapado pela contínua barganha política promovida pelos grupos próximos ao governo; em caso de conflitos, tornou-se moeda corrente oferecer a titularidade do Ministério ao agrupamento destoante como forma de coagi-lo a manter-se fiel aos interesses governamentais. Dessa prática resultou que, nos primeiros sete anos de vida do MinC, foram nomeados nada menos que oito ministros (SILVA, 2001, p.14-5). Durante o período Collor (1990-1992), o setor da Cultura deixou de contar com um ministério próprio, tornando-se uma secretaria, a qual contou com dois titulares. Em 1995, o MinC foi reinstaurado por Fernando Henrique Cardoso, ocupando seu comando Francisco Weffort até o final daquele governo. A abrangência do período em que o MinC contou com um mesmo responsável permite a discussão sobre os pressupostos da possível política cultural então em voga. Sabe-se, entretanto, que muitos dos problemas herdados do período anterior, inclusive a ingerência de militares e de políticos não afeitos à pasta continuavam a bloquear ações mais consequentes. A intromissão de lideranças políticas comprometidas com a auto-promoção, a inexistência de medidas desburocratizantes e, acima de tudo, o escasso interesse oficial em patrocinar iniciativas de médio e longo curso solapavam propostas cruciais para a estabilidade e o reconhecimento da importância do Ministério. Em relação a esse último aspecto, vale lembrar a declaração feita em setembro de 1998 pelo ex-presidente José Sarney: “geralmente cultura é apenas prioridade na hora dos cortes orçamentários”<sup>2</sup>. Existe ainda um outro fator que interferia e continua interferindo na possibilidade de um maior empenho oficial nas questões culturais: as leis de incentivo à cultura, mediante o oferecimento de benefícios fiscais às empresas que patrocinam a cultura e as artes. Festejadas com um otimismo exagerado pelos defensores das propostas neoliberais e também por uma extensa parcela de “produtores culturais”, o conjunto destas leis abriram um sério viés nas discussões travadas na área. As disposições legais estavam sendo favoravelmente acolhidas pelas empresas; a cultura transformou-se em um bom negócio, permitindo o florescimento do *marketing* cultural ao dar visibilidade maior às companhias que acoplavam a marca de seus produtos à movimentação cultural. Em setembro de 2002, o próprio *site* do MinC apresentava em sua página de abertura o logotipo de uma empresa multinacional de alimentos, anunciando-a como patrocinadora de diversos empreendimentos literários, musicais e esportivos. Em sentido oposto, favorecendo a multiplicação das críticas, percebia-se a concentração de tais favorecimentos às companhias privadas que tinham como público-alvo as camadas médias urbanas de algu-

<sup>2</sup> Sarney critica política cultural brasileira. *O Estado de S. Paulo*, 4 de setembro de 1998. Infelizmente perdeu-se a indicação da página.

mas regiões – se não apenas de algumas cidades – brasileiras (ANDRADE, 2001). Além disto, ao permitir que os interesses privados decidissem o que devia ser patrocinado, excluiu-se dos apoios as iniciativas que, apesar de importantes, porque basicamente educativas, não resultavam nos retornos almejado pelos empresários. Em entrevista sobre o assunto, assim ponderou o ator Walmor Chagas:

Há um problema grave relacionado às leis de incentivo porque quem decide o destino do dinheiro de uma empresa é o chefe de *marketing*. É o mercado tomando as rédeas da arte. Mas existe um determinado tipo de teatro onde não há retorno financeiro (...). O governo deveria interferir, dando um patrocínio para os grupos através de um auxílio anual, votado por uma comissão de teatro competente (...). O teatro não pode ser e não é um negócio, um *business*. Ele é uma escola de arte, de experimentação, um lugar onde se pode pesquisar e trabalhar. (CHAGAS, 2002)

Nestes termos, especialmente na segunda metade da década passada ganhou contornos claros a cisão dos grupos envolvidos na produção e apresentação pública das iniciativas culturais. A avalanche neoliberal passava às mãos dos empresários o poder de estabelecer o que poderia ter valor cultural e a qual parcela de brasileiros os produtos culturais deveriam ser destinados.

## **O Ministério da Cultura e a questão cultural**

Frente aos debates alimentados pela sociedade civil, os posicionamentos assumidos pelo MinC remetiam a uma questão fundamental: que conceito de cultura estava sendo implementado na formulação da política cultural patrocinada pela esfera pública? É significativo perceber que, no *site* da pasta, não se fazia nenhuma alusão direta a isto, acomodando-se os responsáveis pelo ministério em tela a proclamar como sendo sua “missão constitucional” parte do que está inscrito nos artigos 215 e 216 da Constituição em vigor. Em síntese, o teor dos artigos constitucionais mencionados versa sobre o compromisso do Estado em garantir o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, além do acesso às fontes da cultura nacional, definindo o patrimônio cultural brasileiro nos seguintes termos: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos e edificações de caráter artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico<sup>3</sup>. Em vez de oferecer uma apresentação objeti-

<sup>3</sup> Estas informações eram apresentadas na página de abertura do site do Minc: [www.minc.gov.br/minist/missao.htm](http://www.minc.gov.br/minist/missao.htm), capturado em setembro de 2002.

va do campo conceitual no qual estava baseando suas ações, o MinC preferiu anexar à página inaugural do seu *site* um conjunto de escritos produzidos por seus principais funcionários e assessores acerca da cultura brasileira e das ações implementadas pelo ministério. Para o objetivo deste artigo, no *link* em questão ganha destaque o texto intitulado “Desafios para uma sociedade multiétnica e multicultural”, assinado pelo próprio Weffort e apresentado como fruto de uma palestra que o ministro pronunciou em uma universidade norte-americana em meados de 1999 (WEFFORT, 2002). Apesar do posto que ocupava, das credenciais acadêmicas e da postura militante do professor Weffort, o leitor depara-se com um texto mal redigido, pautado por uma profusão de imprecisões gramaticais e sobretudo com um tão profundo quanto surpreendente vazio conceitual. Já nas primeiras linhas do seu texto, o ministro anunciava que o Brasil contava com “múltiplas raízes étnicas e culturais”, mas ao mesmo tempo negava a condição de o país ser propriamente uma nação multiétnica e multicultural, pelo menos “no sentido entendido aqui na América do Norte”. Para ele, “o brasileiro é antes de tudo brasileiro”, encabuladamente rejeitando a existência de diferenças expressivas de qualquer tipo entre os diversos segmentos sociais. Para justificar sua afirmação, não sem contradições, o autor reportou-se ao pretérito nacional, pontificando que “desde os seus primórdios a formação cultural do Brasil é tributária da contribuição de um grande número de grupos étnicos”. Perseverando nesta trilha, Weffort assumiu o comodismo de posicionamentos clássicos e em grande parte rejeitados ou pelo menos vistos com desconfiança pela maior parte dos intelectuais contemporâneos: “as grandes aventuras marítimas” trouxeram para cá os lusitanos, emblemados pelos jesuítas que, até o advento do Iluminismo, catequizaram os indígenas, defenderam o credo católico, destacaram os valores culturais europeus e erigiram igrejas. Parece que o caráter épico e missionário das ações empreendidas pelos sacerdotes impediu que o conferencista se referisse, por exemplo, aos interesses econômicos e aos esforços de autonomia política que animaram os filhos de Santo Inácio e que os levaram a ser expulsos do Brasil e de todo o Império Colonial Português. Na continuidade da apresentação, o ministro também focou a presença dos indígenas na sociedade brasileira, ressaltando então que a “língua geral” foi de grande influência na cultura brasileira e que a diversidade das populações autoctones só foi suficientemente percebida no século XIX, acrescentando ainda que “poderíamos nos alongar indefinidamente a respeito das contribuições dos povos indígenas para a nossa Cultura”, mas nada focando, entre outros fatores, as circunstâncias tensas que historicamente tem pautado o contato entre os índios e os brancos. Em vez de analisar as contradições e a violência do contato interétnico, Weffort preferiu enfatizar uma parcela do legado dos indígenas para a cultura brasileira, assim sintetizada: “hábitos alimentares mais típicos, a frequência com que nos banhamos, nossa relação com a água e, provavelmente, daí com a natureza e com nosso corpo, o hábito do

uso de ervas medicinais, a música, a maneira de encararmos a infância, os cultos e as lendas, os traços de nossos ‘caboclos’, as formas de moradia no interior do país, enfim um sem número de traços e influências”. Em seguida, o ministro voltou-se para a contribuição dos africanos e seus descendentes, avaliada como “seguramente primordial”. Segundo sua fala, os negros “rapidamente se miscigenaram com os índios e com os portugueses, recriando hábitos, formas de expressão, cultos religiosos”. Como exemplo deste processo, o intelectual teceu considerações acerca das irmandades religiosas, destacando que “algumas dessas irmandades existem até os nossos dias” e que “muitas de suas integrantes, além de católicas, são mães-de-santo”. Sobrou ainda espaço para Weffort se reportar aos judeus e cristãos-novos, embevecendo-se pelo fato de ter sido Recife o local onde, durante a ocupação holandesa, foi construída a primeira sinagoga do continente americano e que, com a retomada portuguesa das áreas invadidas pelos flamengos, a comunidade israelita do templo de Zur Israel migrou para o norte da América, instalando-se na cidade de Nova Amsterdã, hoje Nova York. Faltou pouco para o ministro proclamar que, mesmo de forma transversa, os brasileiros também contribuíram para a formatação da cultura norte-americana. Foi assim que o palestrante elucidou as características e a pluralidade da cultura brasileira para a platéia de universitários dos Estados Unidos, acompanhando de perto o que pontificava Fernando de Azevedo há mais de meio século. Para além disto, sua fala deixou-se colorir pelas perorações oficiais ao afirmar que o Brasil vivenciava no final do século os momentos derradeiros de um processo inaugurado nas décadas de 1920 e 30, o qual o fizera se transformar de “um país agrícola e subdesenvolvido em um país urbano-industrial e uma potência mundial”. Empolgado com sua apresentação, insistiu ainda que o Brasil “tem hoje uma condição demográfica, econômica e social que o coloca entre os países mais importantes do mundo contemporâneo”, festejando sua própria narração ao centrar a análise na cidade de São Paulo, a qual foi retratada em termos típicos de um intelectual localizado na periferia do capitalismo. Para ele, a pujança da capital bandeirante dava-se inclusive pelo fato de se constituir na “maior área de concentração de capitais alemães no exterior, depois da Alemanha, evidentemente (*sic*) e na “maior cidade industrial sueca, depois de Estocolmo”. Após estas considerações pautadas por um nacionalismo ufanista e extemporâneo, Weffort reservou os momentos finais de sua apresentação para lançar a seguinte questão: “qual a relevância de uma política de cultura para um país como o Brasil no mundo globalizado deste final de milênio?” Para responder a esta interrogação, parece que o representante brasileiro abriu mão de suas idéias – tão prolíficas e argutas quando no desempenho da docência na Universidade de São Paulo – para, no lugar delas, reproduzir as conclusões de um analista norte-americano apresentado como “o sr. Robert”, personagem que ocupara o cargo de secretário do Trabalho no primeiro governo Clinton: “Num mundo globalizado, onde os capi-

tais buscam a rentabilidade com a velocidade excepcional que assistimos, **só o trabalho é nacional**. Ao falarmos do trabalho, estamos falando de educação e cultura. Cultura entendida como conhecimento, erudição, mas também como o **exercício da criatividade**, isto é, fonte na qual se alimenta a imaginação e ferramenta que transforma a imaginação em prática”<sup>4</sup>. Embalado por estas observações, Weffort advogou que “a cultura terá que ser encarada como **prática de estado** se nós quisermos projetar para o futuro uma imagem do lugar de nosso país em um mundo globalizado”, alardeando também que a globalização, em vez de enfraquecer as culturas locais, insufla-lhes alento e nova dinâmica. Neste ritmo, o ministro mostrou-se coerente em suas observações finais: “Então, precisamos democratizar a imagem de nossa herança cultural, tornando-a mais aberta e plural, portanto mais próxima à realidade de nossas estruturas e raízes enquanto nação e ao perfil de desenvolvimento de nossa economia, se quisermos construir um país capaz de extrair da globalização seus melhores frutos”. Em suma, o texto que sintetiza a palestra proferida por Francisco Weffort revela que seu autor despiu-se da condição de intelectual respeitado para postar-se exclusivamente como burocrata inserido no centro da máquina de Estado. Sua visão histórica da cultura nacional, além de se restringir apenas às supostas “raízes” da cultura brasileira, não só reservou ao branco o papel de fundador da “civilização brasileira”, como lançou os “outros” – índios e negros – em uma posição subalterna, preservando a noção, para muitos já ultrapassada, de sincretismo cultural e o “encontro de civilizações” como um processo destituído de violência e de conflito. Assim, ao despolitizar a questão cultural, Weffort não pode arregimentar argumentos suficientes para discutir a política cultural brasileira, repetindo obviedades que em sua fala se metamorfosearam em compromisso, sem no entanto informar como estava se processando e como ele, na condição de ministro, estava gerenciando o que apresentou como sendo a “democratização de nossa herança cultural”. Em vez disto, preferiu situar-se dentre aqueles que entendem platonicamente o “povo brasileiro” como um conjunto harmonioso e, mais do que isto, louvar a face supostamente benéfica da globalização. Poucos meses depois, Weffort seria um daqueles que se silenciaria frente ao tratamento violento imposto pelos seguranças de Fernando Henrique Cardoso aos indígenas e aos sem-terra que reclamavam participação efetiva nas solenidades comemorativas dos 500 anos da “descoberta” do Brasil.

### **Política cultural e mídia**

Na trama de uma política cultural lacunar e que mesmo assim dizia-se comprometida com a democratização e o compartilhamento social da herança cultural

<sup>4</sup> Destaques no texto original.

brasileira, em 30 de abril de 2001 o MinC colocou no ar a TV Cultura e Arte, sob o amparo da Lei 8.977, datada de janeiro de 1995, que estabelecia a obrigatoriedade de veiculação pela TV a cabo de seis canais públicos. Com um investimento inicial de R\$ 2,2 milhões, empenhados quase na totalidade na aquisição de equipamentos, nos primeiros meses de funcionamento o novo canal exibia duas horas de programação de segunda a sexta-feira e três nos finais de semana. A estimativa do ministério era atingir inicialmente cerca de 8 milhões de domicílios e paulatinamente expandir seu público para as 3,4 milhões de residências com assinantes da TV paga. É importante ressaltar que a direção-geral da emissora não foi confiada a um profissional da área da Comunicação; Weffort preferiu nomear para o cargo o também cientista político uspeano e secretário do Audiovisual do MinC José Álvaro Moisés. Sob a coordenação do “homem de confiança” do ministro, a TV Cultura e Arte foi colocada em funcionamento graças a um acordo de cooperação entre o Ministério da Cultura e a Fundação Padre Anchieta, responsável pela TV Cultura de São Paulo, a qual contratou 10 novos funcionários para garantir a transmissão do sinal do novo canal. Desde o seu lançamento, a TV Cultura e Arte foi motivo de críticas. Para responder aos ataques, o ministro referiu-se ao “baixo nível” dos programas veiculados pelos canais comerciais e reiterou os compromissos governamentais com a democratização da cultura, aludindo como finalidade da emissora sob sua responsabilidade “difundir a cultura brasileira em todos os segmentos. Sua programação, estritamente cultural, é composta por produções audiovisuais (documentários, séries de filmes de curta e longa-metragem) nacionais e estrangeiros”<sup>5</sup>. Quanto às menções sobre os gastos com a compra ou aluguel de filmes, José Álvaro Moisés informou que a programação inicial se basearia em produtos audiovisuais viabilizados com o incentivo das leis de renúncia fiscal ou que demandavam baixos investimentos da TV Cultura e Arte, anunciando como atrações inaugurais o documentário *Tambores* de Gustavo Brandão e uma coleção de filmes que incluía *Gaijin*, de Tizuka Yamasaki, *Baile perfumado*, de Paulo Caldas e Lírio Ferreira, *Os matadores*, de Beto Brant e *Banana is my business*, de Helena Solberg. Para dar continuidade e qualidade à programação, o MinC apostava também que a emissora se transformaria em curto prazo em um “condomínio cultural”, acreditando que as secretarias da Cultura do Rio de Janeiro e de São Paulo iriam engajar-se na proposta do canal público, conseguindo novos patrocínios junto à iniciativa privada para produzirem materiais que seriam aproveitados para preencher a programação da TV Cultura e Arte (ARANTES, 2004). Pouco a pouco a programação começou a ganhar forma fixa, distribuída nos módulos Cenários, Escritores, Memória, Artes, Encontros e Sessão de Cinema. A paulatina ampliação do tempo diário da programação permitiu a inclusão de novas sessões, dentre

<sup>5</sup> *TV Cultura e Arte*, [www.minc.gov.br/noticias/tvcultura.htm](http://www.minc.gov.br/noticias/tvcultura.htm), capturado em setembro de 2002.

elas Teatro na TV, a qual recebeu inúmeros elogios pela alta qualidade das encenações (BRANDÃO, 2004). Apesar disso, desde os primeiros meses de funcionamento algumas circunstâncias levaram à reprovação pública da TV Cultura e Arte: o canal era veiculado exclusivamente por algumas operadoras de televisão a cabo (*Sky, Tecsat e Directv*) e pela TV Escola, atingindo uma exígua parcela da população de apenas alguns estados brasileiros, justamente o contingente que tinha maior acesso aos bens culturais. Além disso, sua programação era restrita a algumas horas diárias e, após a veiculação de um módulo, seguia-se uma lacuna de várias horas, geralmente preenchidas pelo áudio de programas transmitidos pela paulistana Radio Cultura FM. Mais ainda, a maior parte dos programas e filmes exibidos também era veiculada por outras emissoras de televisão patrocinadas pelo cofre público ou pelo Canal Brasil, havendo a sobreposição de exibições, algumas delas com visíveis deficiências técnicas e de produção. Várias destas situações foram temas de cartas de telespectadores publicadas pela imprensa, sendo todos os argumentos sintetizados em uma série de artigos datados de maio de 2001, pautados pela ironia e assinados pelo jornalista Arthur Xexéo, d'*O Globo*. Em suas matérias, Xexéo questionava praticamente tudo do canal oficial, desde a qualidade da imagem, as constantes interrupções da escassa programação devido falhas técnicas até as constantes reprises e a “qualidade cultural” da programação, concluindo que a TV Cultura e Arte era “chata”, não sabia se seu objetivo era educar ou “brigar por índices de audiência”, enfim, um exemplo de desperdício do dinheiro público. Além disso, ao ser informado pelo MinC que em breve a emissora deveria ampliar seu horário efetivo de funcionamento, o jornalista brandiu em um de seus artigos: “Sinceramente, ministro Weffort, isso é uma ameaça?” (2001). Frente a isto, José Álvaro Moisés buscou a imprensa para defender o canal que dirigia através da publicação de um longo artigo – sintomaticamente estampado na *Folha de S. Paulo*, que naquele período estava em conflito aberto com *O Globo* – no qual reiterava que o canal fora criado por força de lei, justificando sua existência pela condição de o mercado representado sobretudo pela mídia eletrônica, não assegurar “por si uma programação de qualidade” e nem abrir espaço para “os valores culturais locais ou regionais”. Caberia assim, ao canal do Ministério da Cultura, oferecer uma “programação inovadora e alternativa, capaz de resgatar temas que têm pouca atenção dos canais comerciais, a exemplo da música popular de raiz, do teatro, da dança, etc” (MOISÉS, 2001). Em nenhum momento Moisés tentou responder objetivamente às críticas que já haviam sido disferidas sobre a qualidade técnica e as deturpações temáticas promovidas por alguns dos programas veiculados pela TV Cultura e Arte. Em vez disto, no último parágrafo do seu artigo buscou opor-se de forma genérica a todos os críticos da programação da emissora sob seu comando, deixando implícito no seu texto que as oposições ao canal oficial poderiam estar sendo orquestradas pela empresa de Roberto Marinho: “Mas a reação à criação

de uma TV pública dedicada à difusão cultural é um exemplo típico de reacionarismo, de sobrevivência do corporativismo privatista e de subserviência a interesses que pouco têm a ver com a defesa dos valores da cultura brasileira – dos quais, aliás, é defensora a grande maioria dos cineastas brasileiros” (MOISÉS, 2001). O confronto entre Xexéo e o Ministério da Cultura teve continuidade nos meses seguintes com a invocação dos mesmos argumentos já empregados anteriormente por ambas as partes (SINGER, 2004). Para além disso, ao longo dos seus 22 meses de funcionamento, a TV Cultura e Arte estendeu o número de horas diárias de sua programação assim como buscou ampliar o conjunto de operadoras que retransmitiam sua grade; essas iniciativas, no entanto, não acarretaram a diminuição das críticas sobre a qualidade dos programas e sobre a própria existência do canal público. Em janeiro de 2002, por exemplo, uma mensagem de um telespectador enviada e divulgada por um *site* especializado em televisão deplorava o teor de um documentário comprometido com a divulgação da obra de Manuel Bandeira. Para o missivista, além da baixa qualidade técnica do espetáculo, o programa pecava por transformar o poeta em um personagem trágico, enquanto que “na vida real”, Bandeira era sobretudo um irônico em relação aos percalços que enfrentara em consequência de sua doença pulmonar. Como que compartilhando com o espírito das composições bandeirianas, o crítico anônimo teceu as seguintes considerações sobre a emissora em pauta: “Você sofre de insônia? Os florais já não funcionam? Nem com *Somalim* 6g. você consegue dormir? Então experimente o canal Cultura e Arte! O melhor sonífero da TV brasileira. (...) Infelizmente, o canal do Ministério da Cultura acabou sendo a grande decepção deste ano. Sua programação é fraca, o formato não agrada e as atrações são sempre chatas. (...) Com esse, e outros documentários, o canal Cultura e Arte mereceria receber um nobre destino: a lata do lixo” (TV CULTURA E ARTE..., 2002). Quanto à programação, em setembro de 2002 o canal chegou a ocupar até 10 horas diárias, inclusive com a propaganda eleitoral obrigatória e descontados os períodos em que só era transmitido áudio, sendo que naquele período algumas operadoras (inclusive a Net, controlada por Roberto Marinho) passaram a não mais aceitar seu sinal ou a retransmitir apenas a programação noturna da TV Cultura e Arte. Uma avaliação dos programas divulgados pela emissora oficial leva à conclusão que o canal do MinC privilegiava a cultura dita erudita em detrimento das expressões populares; tomando como exemplo o dia 6 de setembro daquele ano, constatou-se que a programação prolongou-se por 520 minutos assim preenchidos: 180 minutos dedicados à cultura erudita brasileira, 180 à cultura internacional de tendência também erudita, 100 à propaganda política e apenas 60 minutos comprometidos com cultura popular nacional. Ressalta-se ainda que o programa tematizado pela cultura popular inaugurou a programação daquele dia, sendo transmitido no período das 11 horas ao meio-dia, enquanto que o período noturno foi preenchido predominantemente por produções

estrangeiras, além do tempo obrigatório para a propaganda política, já que então se vivia às vésperas de pleito eleitoral (TV CULTURA E ARTE: CRÍTICA..., 2002). Se, por óbvio, entende-se como importante a veiculação de todas as formas de expressões culturais – erudita ou popular -, assim como de procedência nacional ou estrangeira, entretanto se percebe um desequilíbrio na programação da TV Cultura e Arte que não se deve certamente ao acaso. Acredita-se, isto sim, na fluência de uma atitude consciente dos programadores da emissora, com intenções que não só contrariavam os pronunciamentos iniciais do ministro da Cultura e do secretário do Audiovisual como também não haviam sido explicitadas nos documentos justificadores da existência do canal público. O resultado de tudo isso foi que, pouco a pouco, a novidade representada pela emissora deixou de chamar a atenção do público e da imprensa, escasseando as menções sobre o canal e sua programação. Na ausência de dados oficiais sobre a audiência obtida pela TV Cultura e Arte, em novembro de 2002, o autor deste artigo realizou uma pesquisa informal junto à comunidade universitária que tinha acesso à TV a cabo na cidade de Bauru. Aos 50 estudantes inquiridos, formulou-se duas questões: a primeira, se concordavam com a existência da emissora pública e, a segunda, se assistiam a sua programação. Em relação à primeira questão, cerca de 80% declarou que achava positiva a existência de um novo canal cultural, quer fosse ele público ou privado, enquanto que 100% informou que não assistia regularmente aos programas veiculados pela emissora, entrando em contato apenas com trechos da programação, quando estava “zapeando”. Em conclusão, nem mesmo o público-alvo estava assistindo os programas da TV do MinC, podendo-se aceitar como verdadeiro o que disse um dos inquiridos na pesquisa que se levou a cabo: “a TV Cultura e Arte é uma emissora fantasma”. Fruto de tudo isto, no dia 28 de fevereiro de 2003 a TV Cultura e Arte foi tirada do ar, após exibir um documentário sobre a Indústria Cultural, outro sobre as escolas de samba e dois debates da série Diálogos Impertinentes. Procurado para explicar os motivos da medida, o novo secretário do Audiovisual, Orlando Senna, não foi encontrado, enquanto que José Álvaro Moisés limitou-se a reiterar que “o mercado não tem oferecido produção de qualidade para as comunidades” e que os mais de R\$ 5 milhões gastos com o canal “foi um custo muito baixo pelo alto nível cultural dos programas”. Nos dias seguintes soube-se que o governo Lula havia decidido extinguir a emissora por dois motivos básicos: o corte no orçamento do Ministério da Cultura e a falta de critérios para o estabelecimento da programação, a qual estava sob a responsabilidade da TV Cultura paulista (MEDEIROS, 2003; CUNHA, 2004). O melancólico encerramento das atividades da TV Cultura e Arte foi laconicamente noticiado na imprensa, dando-se destaque não ao canal recém-falecido, mas sim à TV Cultura que, com o cancelamento do contrato com o MinC dois meses antes de expirar o contrato de colaboração, havia perdido uma importante fonte de recursos para seu próprio sustento. O crítico

Jotabê Medeiros foi um dos raros jornalistas a prantear o fim do canal do Ministério da Cultura, assinalando que a TV Cultura e Arte “teve bons momentos”, sintomaticamente exemplificados pela exibição de “filmes memoráveis”, citando neste particular nenhuma produção nacional mas sim *O fantasma da liberdade*, de Luís Buñuel, e acrescentando que fitas como a mencionada dificilmente entrariam na programação de outras emissoras (MEDEIROS, 2003; CUNHA, 2004).

### **Considerações finais**

A história do fracasso da TV Cultura e Arte permite uma série de considerações, algumas delas já invocadas nesse texto. A primeira delas refere-se à pouca clareza e consistência da política cultural incorporada pelo Ministério da Cultura, espelhando o posicionamento oficial que extrapolava os limites da pasta que contava com Francisco Weffort como titular. Transferida para um canal público de televisão, a fragilidade da política cultural deu ensejo a uma programação que aproximou o conteúdo veiculado àquele tutorado pelos canais abertos e pela TV a cabo no sentido de que pouco destaque foi dado às expressões culturais populares. Com isto reforçou-se o que mais é criticado pelos especialistas na área da Comunicação: os produtos veiculados, em nome da modernidade globalizante ou da sofisticação da cultura erudita, tenderam a conferir pouco destaque às expressões culturais das camadas subalternas. No caso da TV Cultura e Arte, isto se tornou ainda mais flagrante pois, apesar dos compromissos assumidos pela sua direção, foram poucos os grupos sociais que tiveram acesso ao canal público e ainda mais raros os brasileiros que, através de sua programação, se reconheceram como produtores da cultura nacional. Tais constatações remetem a um importante texto assinado por José Teixeira Coelho Neto, que o apresentou no Fórum Arte sem Fronteiras, realizado em São Paulo, em novembro de 1998 (COELHO NETO, 1999). Nesse estudo, seu autor sutilmente critica a postura assumida pelos governos da América Latina ao advogar que a política cultural a ser concretizada é aquela que “contribua para a formação e o desenvolvimento de uma cultura política”, entendendo por cultura algo bem diferente e bem mais moderno e funcional do que o conceito detectado nas entrelinhas da palestra proferida por Weffort: “o estoque total de símbolos e do saber a partir dos quais os membros de um grupo interpretam a si mesmos e ao mundo em que estão”. Chama-se a atenção para o fato de Coelho Neto referir-se a “grupo”, negando a fluidez de uma cultura nacional única e sincrética, como quis o ex-ministro da Cultura. Esta diferença conceitual alimenta opções políticas distintas e, em continuidade, formas estratégicas diferenciadas de pensar a inserção dos meios de comunicação na esfera cultural mais ampla. Levando-se em consideração os interesses específicos das classes sociais e a

distinção dos universos culturais de cada segmento social, pode-se atingir a “razão prática” da cultura e assim arquitetar mensagens fomentadoras de transformações sociais de longo alcance, favorecendo que cada segmento se reconheça e solidifique sua própria identidade, sentindo-se como parte atuante de um todo diferenciado – a sociedade. Acompanhando ainda a proposta do autor mencionado, pensa-se que “o infraestrutural não é a economia, é a cultura”. A partir disso, torna-se viável definir os reais compromissos que deveriam ser incorporados por uma televisão pública: patrocinar uma programação que reflita e faça pensar sobre as identidades grupais, que contribua para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e dos grupos sociais, assim como para o desenvolvimento econômico e que, por fim, colabore para a constituição de posturas realmente afinadas com os princípios da cidadania. Se o governo norteasse suas iniciativas culturais por estes valores, certamente promoveria uma ruptura com o passado e não mais restariam dúvidas sobre o caráter democrático do Estado brasileiro e sobre a qualidade dos meios de comunicação sustentados pelas verbas públicas. Cobra-se esta tarefa do governo atual, esperando-se que o encerramento das atividades da TV Cultura e Arte tenha apenas inaugurado um momento de pausa para reflexão e não a suspensão definitiva de um movimento que assuma a mídia como um instrumento vital para a formatação de um novo e democrático projeto social.

## Referências

- CHAGAS, W. A evolução do teatro está no grupo. **Camarin**, n.16, 2002. Disponível em: [www.cooperativadeteatro.com.br](http://www.cooperativadeteatro.com.br). Acesso em: 20 set. 2002.
- SARNEY critica política cultural brasileira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 set. 1998.
- TV Cultura e Arte: programação para setembro de 2002. Disponível em: [www.wbrinternet.com.br/tvculturaearte/calendario](http://www.wbrinternet.com.br/tvculturaearte/calendario). Acesso em: 20 set. 2002.
- TV Cultura e Arte. Crítica. Disponível em: [www.critica.blog.ig.com.br/200201.html](http://www.critica.blog.ig.com.br/200201.html). Acesso em 20 set. 2002.
- ANDRADE, J. S. C. de. **Território e cultura**: uma problemática para a política dos incentivos fiscais e o marketing cultural. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARANTES, S. MinC inaugura hoje a TV Cultura e Arte. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2001. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u13091.shl](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u13091.shl). Acesso em: 20 fev. 2004.

BRANDÃO, C. **Sobre a TV Cultura e Arte**. Disponível em: [www.oclick.com.br/colunas/brandao43.html](http://www.oclick.com.br/colunas/brandao43.html). Acesso em: 20 fev. 2004.

COELHO NETO, J. T. Da política cultural à cultura política: propostas para uma política cultural continental. **Contato**: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação, v.1, n.2, p.77-106, 1999.

CUNHA, J. P. **MinC tira do ar TV Cultura e Arte**. Disponível em: [www.potalrv.com.br/tjemclose7.html](http://www.potalrv.com.br/tjemclose7.html). Acesso em: 20 fev. 2004.

MEDEIROS, J. **Ministério tira TV Cultura e Arte de operação**. Disponível em: [www.tramedia.com.br/noticia](http://www.tramedia.com.br/noticia). Acesso em: 20 dez. 2003.

MOISÉS, J. A. Por que uma TV de cultura e arte? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 abr. 2001. Disponível em: [www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv110420013.htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv110420013.htm). Acesso em: 4 abr. 2001.

SARNEY critica política cultural brasileira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 set. 1998.

SILVA, V. M. da. **A construção da política cultural no regime militar**: concepções, diretrizes e programas (1974-1978). 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SINGER, B. **Colírio cultural**. Disponível em: [www.farejador.ig.com.br/observatoriodaimprensa.com.br](http://www.farejador.ig.com.br/observatoriodaimprensa.com.br). Acesso em: 20 fev. 2004.

WEFFORT, F. **Desafios para uma sociedade multiétnica e multicultural**. Disponível em: [www.minc.gov.br/textos/fw04.htm](http://www.minc.gov.br/textos/fw04.htm). Acesso em 20 out. 2002.

XEXÉO, A. Cultura e arte? **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 maio 2001. Disponível em: [www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv160520013htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv160520013htm). Acesso em: 20 set. 2002.

— \*\* —

**RESUMO**: Este artigo tem como objetivo focar a curta trajetória de vida da TV Cultura e Arte, emissora criada e patrocinada pelo Ministério da Cultura do Brasil. A busca do entendimento do caminho tomada por esse canal público levou a situá-lo no contexto da precária política cultural adotada pela administração FHC e também das estratégias de legitimação da iniciativa e das respostas oferecidas aos críticos pelos idealizadores e responsáveis pelo funcionamento da TV Cultura e Arte. Resultado de tudo isso, a emissora contou com pouca audiência, encerrando suas atividades menos de dois anos depois de ter sido colocada no ar.

**PALAVRAS-CHAVE**: TV Cultura e Arte; TV pública; política cultural; governo FHC; mídia e poder.

*Martín Becerra y Guillermo Mastrini*

**ABSTRACT:** This paper focuses the short life of the Culture and Art Channel, a tv company created and supported by the Ministry of Culture in Brasil. The search for a perfect knowledge of how this public channel should be took it to the poor context of the cultural politics proposed by the administration of the former president Fernando Henrique Cardoso. The way the strategies of implementation and the answers to the critics were conducted also facilitated its failure. As a result, the television company did not have good indices of audience and its activities were closed down less than 2 years after its first broadcasting.

**KEYWORDS:** Culture and Arte channel network; public tv; cultural politics; Fernando Henrique Cardoso Administration; media and power.